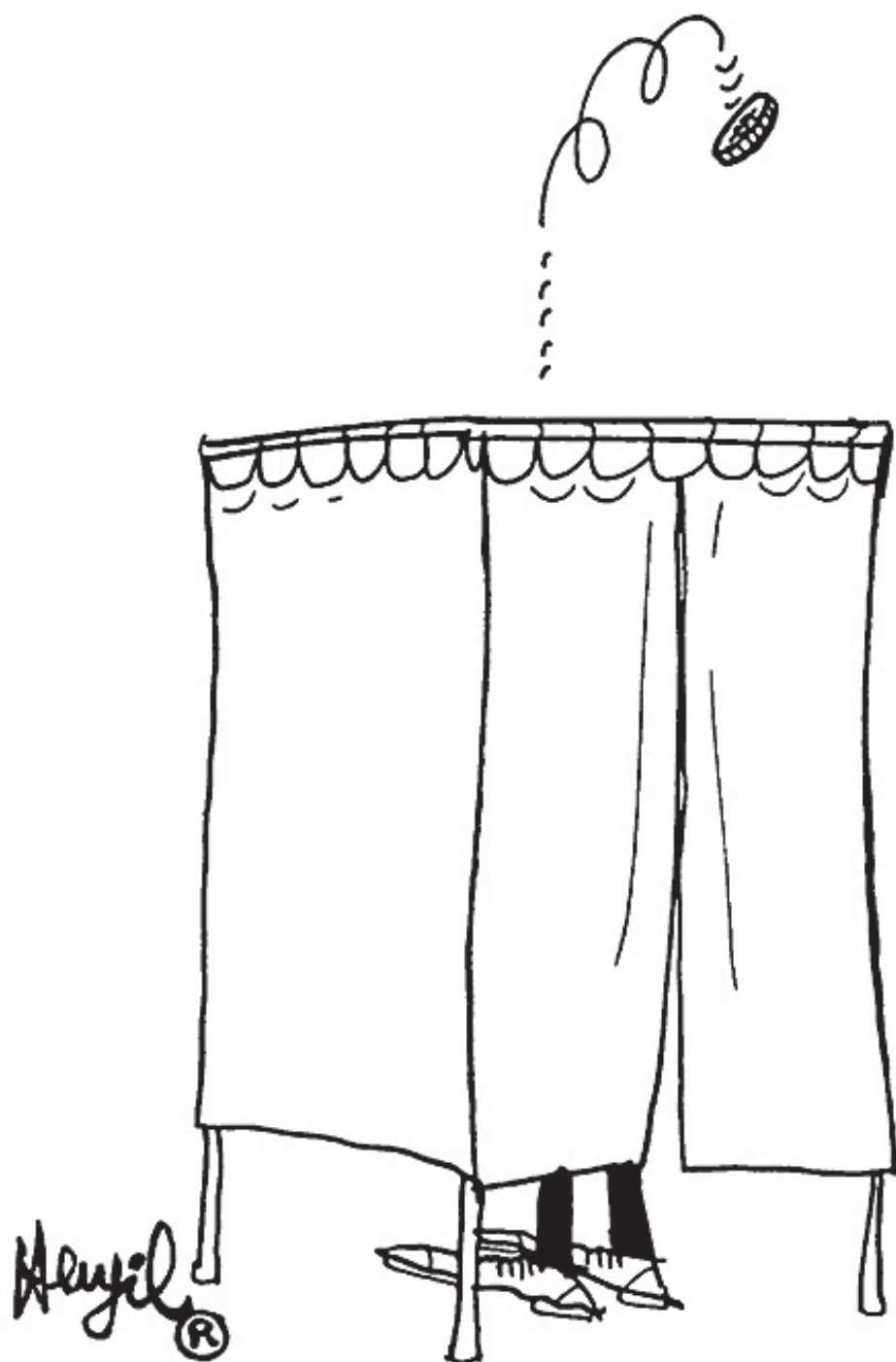


ARTIGO

Héctor Béjar *

[Traduzido do espanhol por Jones de Freitas]



eleitor indeciso

Breve intervalo para as lutas sociais peruanas

Alan García, da Aliança Popular Revolucionária Americana (Apra), venceu Ollanta Humala, candidato da Aliança União pelo Peru (UPP), o Partido Nacionalista, por uma diferença apertada de 464.348 votos (num total de 16 milhões e 400 mil votantes), no segundo turno das eleições peruanas, realizado em junho de 2006. García, que governou o país de 1985 a 1990, obteve agora 6.685.629 votos e Ollanta Humala, 6.221.281. Enquanto as populações dos departamentos da costa norte votaram em García, praticamente todos os departamentos da região andina e da selva ficaram com Ollanta Humala. A capital Lima, que representa um terço do eleitorado, decidiu a vitória, adicionando aos votos apristas os da Unidade Nacional, a coalizão social-cristã de direita.

A derrota inicial da direita é explicada pela rejeição da maioria do eleitorado à pobreza massiva, à violência generalizada, à poluição ambiental, à corrupção do governo e da classe política

Supõe-se que, diante da grande polarização política do segundo turno, Ollanta Humala tenha arrastado os votos da esquerda marxista, o que explicaria a votação insignificante do grupo. As duas agremiações que assumiram claramente uma posição desse tipo, o Partido

Socialista, liderado por Javier Díez Canseco, e a Frente Ampla de Esquerda, liderada por Alberto Moreno, não alcançaram nem 1% do total de votos. Não teve melhor sorte o Partido da Democracia Social (PDS), liderado por Susana Villarán, que se define como de “centro”, mas tem antecedentes esquerdistas. Esses pequenos partidos que pertenciam à Esquerda Unida, vão praticamente desaparecer do mapa eleitoral se tiverem votação similar nas próximas eleições regionais e municipais, em novembro.

As leis peruanas exigem um mínimo de 4% da votação para um partido manter seu registro oficial.

O setor econômico de direita e os meios de comunicação escolheram Lourdes Flores Nano como sua favorita. Porém, apesar de ter estado em primeiro lugar nas pesquisas, ela ficou fora do jogo. Não resistiu às críticas feitas por García e Humala – este de forma mais radical – ao programa neoliberal e nem às propostas de mudanças na política econômica, defendida inicialmente por ela. Sob o manto social-cristão da coalizão da Unidade Nacional e numa última tentativa de tornar esquerdizante sua candidatura, Flores Nano ensaiou críticas tímidas ao programa econômico e visitou intensamente os bairros populares, propondo um programa social de luta contra a pobreza inspirado nos postulados do Banco Mundial. Isso lhe rendeu uma votação significativa em Lima, inclusive nos bairros populares.

No primeiro turno, Humala obteve 30,62% dos votos válidos, García obteve 24,32% e Flores, 19,98%. No segundo turno,

a imprensa de direita e seus representantes estimularam o voto em García contra Humala, ainda que fosse “tapando o nariz”. Segundo eles, García era o “mal menor”. O resultado foi 48% para García e 43% para Humala.

A derrota inicial da direita – apesar do investimento milionário em publicidade e de toda a campanha da imprensa escrita, do rádio e da televisão – é explicada pela rejeição da maioria do eleitorado à pobreza massiva, à violência generalizada, à poluição ambiental, à corrupção do governo e da classe política, e à falta de emprego. Esses fenômenos caracterizam a vida peruana atual e são atribuídos aos políticos que estão no poder. Assim, o segundo turno foi realizado entre duas opções que propunham “mudanças”, uma contradição para quem defendeu o programa econômico neoliberal aplicado desde 1990.

Confronto de gigantes?

O comandante Ollanta Humala surgiu nos noticiários com uma tentativa de levante em Locumba, base importante do exército no sul, perto da fronteira com o Chile. Isso ocorreu em agosto de 2000, quando Fujimori (1990-2000) tentava a reeleição. No Peru, a patente de comandante vem abaixo da de coronel e general, ou seja, trata-se de um militar de hierarquia média e não de um alto chefe. Anistiado pelo governo provisório de Valentín Paniagua (2000-2001), Humala foi enviado como agregado militar à França e à Coreia do Sul. Ao retornar ao país, deu baixa do Exército e iniciou sua campanha como candidato à presidência sem conseguir alcançar as 150 mil assinaturas de adesão exigidas pelo Tribunal Nacional Eleitoral. Para fazer sua inscrição como candidato, teve que se aliar à União pelo Peru (UPP), partido fundado pelo ex-secretário-geral das Organizações das Nações Unidas (ONU), Javier Pérez de Cuellar.

García, por sua vez, apresentou-se como candidato socialdemocrata, da esquerda “moderada”, disposto a respeitar as leis do livre mercado e também a proporcionar a justiça social. Tratou de projetar uma imagem de homem ilustrado e maduro, utilizando uma retórica antiquada, mas que atraía as massas apristas dispostas a se identificarem com a simbologia tradicional de seu partido. Na realidade, sua linha política é tão ambígua quanto tem sido historicamente o Apra no Peru.

Ao retornar ao país, criticou as altas tarifas de telefonia e de eletricidade fixadas por empresas privatizadas monopolistas, sem tocar

nas questões de fundo da privatização. Altos dirigentes que o rodeiam estão relacionados às empresas de mineração, o que o fez assumir uma justificativa, ainda que tímida, da presença dessas empresas no país, rejeitada pelos camponeses(as) e pelas comunidades locais. Ele argumentou ter sido perseguido por Fujimori quando fugiu do país para a França, mas congressistas do Apra vêm estabelecendo relações amistosas com a cúpula do exército partidária de Fujimori, que nunca rompeu realmente com a corrupção. Na sua lista, aparece como candidato a vice-presidente da República o almirante Luiz Giampietri, acusado de ter bombardeado prisioneiros do Sendero Luminoso que estavam na ilha de El Frontón – um dos maiores massacres de seu governo anterior. Outra de suas aquisições políticas é o atual congressista eleito pelo Apra, o general da polícia Benedito Jiménez, que dirigiu a captura do chefe do Sendero Luminoso, Abimael Gúzman, em 1992 e, em 2005, liderou o treinamento de mercenários peruanos para serem enviados ao Iraque nas instalações do próprio Exército.

Embora García use uma linguagem moderada e populista nas manifestações públicas, mantém relações permanentes com empresários privados, especialmente os do setor de mineração, além de buscar a reconciliação com as Forças Armadas. O voto recente do Apra no Congresso, a favor da ratificação do tratado de livre-comércio com os Estados Unidos da América (EUA), confirma sua aproximação com a estratégia da política norte-americana para o Peru e para a América Latina. Isso também se expressa em seus freqüentes ataques a Hugo Chávez. A Ação Democrática da Venezuela é um partido irmão do Apra e García é amigo do corrupto ex-governante venezuelano da Ação Democrática, Carlos Andrés Pérez – que detém uma das maiores fortunas da América Latina e está refugiado nos EUA.

No caso de Humala, grande parte de sua popularidade se deve à campanha furiosa lançada contra ele pela direita através dos meios de comunicação. Foi acusado sucessivamente de vínculo com grupos terroristas; de ser estatizante (um adjetivo abominável para os ciclos empresariais de hoje); de ter atuado sob as ordens de Vladimiro Montesinos, o tenebroso assessor de Fujimori que está na prisão; de ser agente do presidente Chávez para uma suposta colonização do Peru com os dólares do petróleo; de ter comandado do exterior a revolta de Andahuaylas, encabeçada por seu irmão, Antauro; e de ter um projeto fascista

como o de Chávez ou de Fidel Castro. Finalmente, foi acusado pela Coordenação de Direitos Humanos de participar de atos de tortura e assassinato contra a população civil na selva central durante sua carreira militar, embora essas acusações não tenham sido totalmente esclarecidas e ainda estejam sob investigação judicial.

O fenômeno Humala

É importante diferenciar a personalidade de Ollanta Humala do “fenômeno Humala”. Ele é um oficial do exército de cultura limitada, embora seja pós-graduado em ciências políticas pela Universidade de Paris e tenha sido educado no Colégio Franco-Peruano – freqüentado por jovens da classe média alta de Lima. Já o “fenômeno Humala” se relaciona com a onda de repúdio às empresas transnacionais e aos políticos reacionários que o apoiaram nessas eleições.

Essas atitudes manifestam-se no Peru desde a década de 1990, a partir do surgimento de diversos candidatos *outsiders* (de fora do sistema) que expressavam a rejeição àquelas empresas. O próprio ex-presidente Fujimori adotou essas questões em 1990, com sua campanha contra o projeto de choque neoliberal, apoiado por seu rival Mario Vargas Llosa e pelos “partidos tradicionais”. Ganhou as eleições e realizou, sob a direção de Washington e do Fundo Monetário Internacional (FMI), um superchoque em agosto do mesmo ano.

O governo de Alejandro Toledo (2001-2006) prosseguiu com o básico da política econômica de Fujimori e elevou a subordinação do Peru aos EUA a patamares caricatos.

Embora García use uma linguagem moderada e populista nas manifestações públicas, mantém relações permanentes com empresários privados, além de buscar a reconciliação com as Forças Armadas

A entrada das transnacionais do comércio e do consumo tornou mais eficientes serviços bancários e comerciais, mas provocou o aumento da prostituição e da violência

Organizações populares (sindicatos, comunidades camponesas, municipalidades e frentes regionais ou provinciais) enfrentaram de diversas formas o programa neoliberal, apresentando diferentes reivindicações como a reincorporação de trabalhadores(as) despedidos(as) por empre-

sas ou pela administração pública, e a oposição à presença das empresas de mineração ou a novas concessões para mineração. Essas ações e reivindicações chegaram a paralisar temporariamente o programa de privatizações apoiado por Toledo. Isso tudo foi feito em contraposição aberta ao consenso neoliberal.

Nos últimos dez anos houve um desencanto com o neoliberalismo. O investimento privado enriqueceu pequenos grupos da classe alta, não gerou empregos e permitiu que a pobreza crescesse. Os preços de gasolina, gás, telefone e eletricidade

chegaram a valores insuportáveis para as camadas populares. As pessoas continuaram a trabalhar em condições subumanas e os direitos trabalhistas desapareceram.

A entrada das transnacionais do comércio e do consumo “modernizou” a aparência urbana, com *shoppings*, supermercados e novos postos de gasolina, e tornou mais eficientes serviços bancários e comerciais, mas também provocou o aumento da prostituição, do consumo de drogas e da violência. Dezenas de milhares de pessoas aposentadas sobrevivem com benefícios de fome, 1 milhão de jovens não estudam nem trabalham e outros milhares emigram para o exterior por falta de oportunidades no país.

Conseqüentemente, o quase desaparecimento eleitoral da esquerda marxista está longe de significar seu desaparecimento social. Grande parte do mundo coletivo – sindicatos da administração pública, fazendas,

acampamentos de mineiros, as grandes concentrações industriais e as empresas públicas –, que foi a base da esquerda política, já não existe no Peru. Atualmente, a maior parte da economia é informal ou de sobrevivência. Cada pessoa depende de sua própria habilidade para sobreviver num mundo de competição implacável. Tudo isso possibilita a aparição de líderes que, para terem êxito, estabelecem uma comunicação com o povo na base de grandes gestos de impacto, que trazem adesão temporária, mas não a “fidelidade” do passado.

A possibilidade de surgimento de sujeitos da mudança é posta em questão. Quem pode ser agente de mudança no Peru de hoje? A esquerda marxista está num processo muito lento de reagrupação e não pôde superar nessas eleições seus caudilhosismos internos, apresentando-se com duas opções distintas. Os(As) intelectuais parecem ter perdido a capacidade crítica: subestimam a liderança sindical e a esquerda política, desejam ser aceitos pela nova elite que acompanha o sistema e temem aparecer como antiquados(as) ou conservadores(as). No entanto, os governos locais, as comunidades camponesas, os bairros ainda são cenários onde a ação política é possível. Embora dispersos e obedecendo a seus próprios interesses e critérios, neles operam milhares de líderes locais. O mais provável é que a falta de solução para problemas como a desigualdade e a pobreza continue a fomentar a luta social, que recomeçará depois do processo eleitoral.

Crescimento versus pobreza

Entre 2001 e 2006, durante o governo de Toledo, um crescimento anual médio de 6% levou o Produto Interno Bruto (PIB) a US\$ 75 bilhões. As reservas internacionais, que garantem o pagamento da dívida externa, cresceram de US\$ 8,2 bilhões em 2001 para US\$ 15 bilhões em 2005. As exportações alcançaram US\$ 14 bilhões em 2005, criando um saldo positivo de US\$ 2,712 bilhões.¹ No auge das exportações de aspargo e de outros produtos agrícolas, em função da liberação do imposto de entrada no mercado dos EUA – resultado da Lei de Promoção Comercial Andina e de Erradicação de Drogas (APTDEA), um acordo anterior ao tratado do livre-comércio –, houve crescimento do emprego em algumas zonas camponesas da costa central, embora fossem temporários, com salários baixos, sem estabilidade ou seguridade social.

¹ Dados do Ministério de Economia e Finanças (MEF) e da Presidência do Conselho de Ministros (PCM).

O quarto poder

É necessária uma menção à manipulação dos símbolos feita pela televisão e pelos demais meios de comunicação de massa. Em poder das grandes empresas e do governo, que financiam a publicidade da qual vivem e perdoam os impostos que devem, os meios de comunicação se encarregam de distrair a opinião pública com escândalos diários do mundo político, enquanto escondem ou impedem o debate dos temas nacionais. Ignoram, demonizam ou criminalizam qualquer posição em desacordo com o modelo neoliberal que, segundo eles, é o único possível. Assim, sob novas condições e com novos(as) personagens, conseguiram reviver o macarthismo do pós-guerra. A cultura dos meios de comunicação é a cultura do escândalo e do temor. Escândalos de determinados políticos, que sofrem extorsões como parte das disputas internas nas negociatas obscuras com o dinheiro do Estado. Temor à estatização, ao socialismo, à fuga dos capitais estrangeiros, à presença de supostos agentes venezuelanos ou cubanos. O Peru atual é um país chantageado pelo temor que substituiu o terror das décadas anteriores. Os novos inimigos são Hugo Chávez, em primeiro lugar, e Evo Morales, em se-

gundo – sem esquecer Fidel Castro. As eleições foram definidas, segundo os meios de comunicação, como uma luta entre a “ditadura (Humala) e a democracia (García)”.

O notável é observar que grande parte das pessoas não foi afetada por essa campanha. Sem uma imprensa realmente livre ou esclarecedora (o último programa de televisão independente foi cancelado antes da campanha eleitoral), com sindicatos débeis ou em extinção, com líderes de esquerda sem popularidade e bombardeados por programas de rádio e televisão ou por jornais diários sérios e sensacionalistas, que repetem as mesmas mensagens – todas condenando Humala –, 43% do eleitorado votou em Humala na média nacional (essa votação alcançou entre 70% e 80% em algumas regiões andinas). Os meios de comunicação expressam a mentalidade discriminadora, medieval e ainda escravista dos grupos dominantes do Peru, que não mudaram os critérios fundamentais que norteiam sua conduta desde os tempos da colônia. No entanto, esses meios de comunicação começaram a perder credibilidade e estão sendo associados, na mente popular, ao sistema repudiado por sua corrupção e insensibilidade.

A economia cresceu 14% entre 2001 e 2004, a pobreza diminuiu 2,7% – de 54,3% para 51,6% –, assim como a pobreza extrema, que caiu 4,9% – de 24,1% em 2001 para 19,2% em 2005 (Inei, 2006). Vale ressaltar que esses dados são médias estatísticas não confiáveis, pois não levam em conta fatos reais. Como foi explicado anteriormente, o subemprego, a insegurança dos cidadãos e das cidadãs, a violência criminosa (de pequenos ladrões às grandes máfias de narcotraficantes e seqüestradores), a corrupção em todas as esferas, a contaminação do ar e das águas, além de outros fenômenos indesejáveis, assolam as cidades urbanas e rurais do Peru. E tudo isso não é considerado nas estatísticas de pobreza.

Uma vez mais, a manipulação simbólica de alguns resultados macroeconômicos pretende fazer a população peruana acreditar que o país cresceu. O que aumentou, entretanto, não foi a economia nacional, e sim a produção e os lucros das empresas que extraem e exportam matérias-primas – e que há séculos exploram o ouro e o cobre peruanos sem deixar em troca quase nada. Entre 2000 e 2006, o preço do ouro subiu de US\$ 250 para US\$ 500 pela onça de 24 gramas; o do cobre aumentou 77% em um ano, entre 2005

e 2006. As empresas de mineração que operam no Peru exportam anualmente mais de 3 milhões de onças de ouro.

Se houvesse um sistema de impostos e redistribuição dos lucros, o Peru estaria atravessando um período de bonança e prosperidade. Os contratos de estabilidade tributária assinados por Fujimori, e renovados sem discussão por Toledo, reduzem em 80% a renda tributável e permitem a remessa livre de lucros para o exterior. As remessas de lucros das empresas estrangeiras atingiram, em 2005, US\$ 3,215 bilhões, livres de impostos (Campodónico, 2005).

A falta de capacidade do Estado para cobrar impostos das empresas o torna permanentemente deficitário. A diferença entre o que o governo pode arrecadar (US\$ 10,282 bilhões) e o que gasta anualmente (US\$ 15,982 bilhões) atinge US\$ 6 bilhões (Peru, 2006). Esse déficit é coberto por um crescente endividamento público. Desde 2001, adotou-se o endividamento interno através de “bônus soberanos” comprados no mercado peruano de valores pelas Administradoras de Fundos de Pensões (AFP) com dinheiro de poupadores – que depositam obrigatoriamente parte de seus salários nessas entidades, sem

* **Hector Bejar**

Mestre em Política Social e diretor do Centro de Estudos para o Desenvolvimento e a Participação (Cedep), em Lima.

ter controle sobre o que contribuem. A dívida externa era de US\$ 24,3 bilhões em 2000 e cresceu 6,7 bilhões entre 2000 e 2004, atingindo US\$ 31 bilhões. As amortizações do serviço da dívida superaram os US\$ 3,4 bilhões (26,7% do orçamento do setor público).

Versão peruana do modelo neoliberal

O governo que surgiu do “autogolpe” de 1992, fechou o Congresso, eliminou as liberdades públicas e impôs uma “Constituição” sob medida para as grandes empresas, pois vendeu por preços irrisórios os ativos peruanos a um conjunto de empresas transnacionais que ficaram em posições monopolistas nas únicas áreas rentáveis da economia: a distribuição e venda de energia elétrica, de telefones e comunicações, e a extração de minerais, especialmente cobre e ouro. Desde essa época, tais empresas operam sem respeitar as exigências ambientais e os direitos de usuários(as) e consumidores(as). Praticamente não pagam impostos e remetem lucros para o exterior sem nenhum controle. A assinatura do tratado de livre-comércio com os EUA vai blindar essa situação, impedindo qualquer reclamação futura do governo peruano. Uma vez assinado o tratado, somente uma revolução que mobilize todo o povo peruano será capaz de recuperar as riquezas nacionais, porque isso não poderá ser feito de forma legal.

A pequena carga tributária existente (14% do PIB, quando a média latino-americana é de 18%) recai sobre o público consumidor. Ele financia um governo que age contra a população, pois protege abertamente as altas tarifas dos provedores privados de serviços públicos (telefonia e eletricidade) contra as queixas de usuários(as), e a presença das empresas de mineração contra os protestos das comunidades locais e camponesas.

Cerca de 3 milhões, numa população de 27 milhões, estão fora do país e fazem remessas para ajudar suas famílias. Dez por cento da população peruana recebe anualmente US\$ 2,495 bilhões por essas remessas, que equivalem a 10% das exportações e a 1,7% do

PIB. A média das remessas recebidas pelas famílias é de US\$ 166, nove vezes por ano (Fomin, Bendixen e Associados, 2005). Enquanto as corporações extraem os recursos do país para enviar às suas sedes, emigrantes subsidiam suas famílias, aliviando a situação.

Nessas condições, não é possível imaginar que a pobreza possa ser reduzida substancialmente, a menos que o modelo seja radicalmente modificado. No Peru, mudar o modelo significa fazer as grandes empresas pagarem impostos e utilizar esses recursos para apoiar as pequenas empresas urbanas e a agricultura, geradoras de emprego, e apoiar a política social. Significa também aumentar os impostos diretos sobre as rendas especulativas e sobre a riqueza e diminuí-los sobre o consumo, além de aumentar substancialmente os investimentos públicos em educação e saúde. Mudar o modelo passa por organizar um programa de seguro universal baseado no sistema tributário – e não em contribuições –, que articule todos os serviços de saúde existentes num único, melhorando e ampliando esse serviço. E ainda, envolve transformar o Estado, para que as organizações da sociedade civil participem de forma decisiva nos governos locais e regionais, que também precisariam ser convertidos em governos participativos.

As organizações da sociedade civil levantaram a bandeira de “pôr a economia a serviço das pessoas” e assim, alguns avanços foram conquistados. Um acordo nacional com empresas, igrejas, sindicatos e partidos políticos possibilitou a formulação de 31 projetos de lei direcionados para a política social. Por meio de orçamentos participativos, setores importantes da sociedade civil tiveram acesso à formulação das prioridades de investimentos públicos. Mais de mil “mesas de concertação” para a luta contra a pobreza, reunindo representantes do governo, de igrejas e da sociedade civil, trabalham em todo o país no planejamento do investimento público para o desenvolvimento social local. Porém, a luta é complexa e ainda há longo caminho a percorrer para que possamos ter esperanças de mudança reais. Nesse caminho, o protagonismo das organizações sociais de base deve ser fortalecido para que liderem, de baixo para cima, um processo de democratização. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPODÓNICO, Humberto Las remesas del capital y las remesas del trabajo. *La República*, Peru, 28 nov. 2005. *Columnistas*. FUNDO MULTILATERAL DE INVESTIMENTOS (Fomin), BENDIXEN E ASSOCIADOS. Encuesta de opinión pública de receptores de

remesas en el Perú. *La República*, Peru, 6 dez. 2005. INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA E INFORMÁTICA (Inei). *Condiciones de vida en el Perú: Evolución 1997-2004*. Lima, 2006. PERU. Ministério de Economia e Finanças. *Projeção dos recursos do Orçamento do Setor Público*. Lima, 2006.

O Jornal da Cidadania é distribuído para pessoas que têm pouco ou nenhum acesso à informação crítica e comprometida com a democracia. Nossos leitores e leitoras são, especialmente, estudantes e professoras e professores de escolas públicas de todo o país. Mas também trabalhadoras e trabalhadores urbanos e rurais, líderes comunitários, moradoras e moradores de comunidades pobres. São 60 mil exemplares distribuídos gratuitamente.

Participe de mais esta iniciativa do Ibase. Você pode ajudar com contribuições financeiras ou organizando um núcleo de distribuição.

